

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Quarta Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8000361-17.2020.8.05.0210 Órgão Julgador: Quarta Câmara Cível APELANTE: LUZINETE JOSE ALVES Advogado (s): LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS APELADO: BANCO PAN S.A. Advogado (s): RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA **** DEFESA DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO. PARTE AUTORA. INTIMAÇÃO PRÉVIA. AUSÊNCIA. CONTRADITÓRIO. INOBSERVÂNCIA. DECISÃO SURPRESA. CONFIGURAÇÃO. INTERESSE DE AGIR. EXISTÊNCIA. SENTENÇA. ANULAÇÃO. I – A teor dos artigos 9 e 10 do Código de Processo Civil, que consagram o princípio da vedação à decisão surpresa, o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes a oportunidade de se manifestar. II – A indicação da existência de inúmeras contratações de empréstimos consignados e a impugnação da consumidora quanto à validade de tais contratações são suficientes para atender ao interesse processual. III – O princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário está tutelado pelo art. 5º, XXXV da Constituição Federal e impede que se crie óbice injustificável ao jurisdicionado, capaz de impossibilitar o livre acesso à justiça. IV – Evidenciado que, ao extinguir o processo, sem resolução do mérito, o magistrado desatendeu aos princípios processuais citados, tendo invocado motivos exclusivamente voltados a punir o advogado da parte por suposta advocacia predatória, deixando de examinar questões afetas à relação jurídica existente, em tese, entre os litigantes e a respeito do *meritum causae*, impõe-se a anulação da sentença, para dar prosseguimento regular ao feito na origem. RECURSO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº 8000361-17.2020.8.05.0210, da Comarca de Riachão das Neves, em que figuram como Apelante LUZINETE JOSÉ ALVES e como Apelado o BANCO PAN S/A. ACORDAM os Senhores Desembargadores componentes da Turma Julgadora da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, por maioria, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO, pelas razões que integram o voto condutor. Sala das Sessões, HELOÍSA Pinto de Freitas Vieira GRADDI RELATORA DESIGNADA PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA QUARTA CÂMARA CÍVEL DECISÃO PROCLAMADA Após voto do Relator NEGANDO PROVIMENTO, sendo acompanhado pelo Des. Antonio Adonias Aguiar, divergiu a Desa. Heloisa Graddi. Resultado provisório: NEGADO PROVIMENTO POR MAIORIA. Ampliada a turma julgadora com a convocação do 4º e 5º Julgadores, nos termos do Art. 942 CPC/15, passando a compor a Desa. Adriana Sales Braga e o Des. Emílio Salomão Resedá, que acompanharam a divergência Resultado Definitivo: DADO PROVIMENTO POR MAIORIA. Vencido o Relator, fica designada a Desa. Heloísa Graddi para lavrar o acórdão. Salvador, 2 de Outubro de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Quarta Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8000361-17.2020.8.05.0210 Órgão Julgador: Quarta Câmara Cível APELANTE: LUZINETE JOSE ALVES Advogado (s): LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS APELADO: BANCO PAN S.A. Advogado (s): RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA RELATÓRIO Trata-se de apelação interposta pela parte autora contra sentença que indeferiu a petição inicial por ausência de interesse processual ao fundamento de que a causa é fruto de advocacia predatória, patrocinada por advogado já conhecido e investigado em diversos Estados por más condutas na profissão, propondo repetidas ações em nome da mesma parte, fazendo uso de documentos falsos e captando clientes ilegalmente. Além de considerar inexistir real litígio entre as partes, a sentença aplicou multa por litigância de má-fé. Em suas razões de apelação, a parte autora defendeu a legalidade da atuação do escritório em questão e a nulidade da sentença,

por se fundamentar em elementos extraprocessuais, e impugnou a condenação em multa por litigância de má-fé, assim como o percentual em que foi aplicada, pedindo, ao final, a nulidade da sentença ou, subsidiariamente, o afastamento da multa por litigância de má-fé. Em resposta, a parte ré defendeu a manutenção da sentença e reiterou as conclusões do juízo acerca da conduta do advogado da parte autora, negando, ademais, os vícios processuais apontados nas razões de apelação. Com este relatório e em cumprimento ao art. 931 do CPC, restituo os autos à Secretaria para as providências de inclusão em pauta. Salvador, 24 de agosto de 2023. Des. ANGELO JERONIMO E SILVA VITA Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Quarta Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8000361-17.2020.8.05.0210 Órgão Julgador: Quarta Câmara Cível APELANTE: LUZINETE JOSE ALVES Advogado (s): LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS APELADO: BANCO PAN S.A. Advogado (s): RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA VOTO CONHEÇO do recurso porque é da espécie correta para impugnar a decisão recorrida (art. 1.009), porque a parte recorrente é legitimada para tanto e detentora de interesse recursal (art. 996), porque não há causa impeditiva ou extintiva de seu direito de recorrer (art. 999 ou 1.000), porque sua forma é adequada (art. 1.010) e porque é tempestivo (art. 1.003, § 5º), sendo neste caso dispensado de preparo (art. 98, § 1º, I). São fatos notórios que o advogado que patrocinava a parte autora (i) possui centenas de milhares de processos congêneres em todo o país, (ii) possui milhares de processos idênticos em diversas comarcas deste Estado, a exemplo do caso concreto que é de Barreiras, (iii) propõe suas milhares de causas por meio de petições iniciais idênticas e (iv) propõe suas causas em nome de pessoas que possuem um ponto comum com outras, por vezes atuando por aposentados, por vezes por indígenas, por vezes por clientes de empréstimos consignados etc. Também é fato notório, nas causas patrocinadas pelo advogado em questão, que referido profissional sistematicamente se opõe à realização de qualquer ato presencial (audiências ou comparecimento da parte ao fórum, por exemplo) e que, mesmo havendo determinação de diligências por oficial de justiça em inúmeras de suas demandas, os resultados mais comuns são (a) a parte não ser encontrada ou (b) a parte ser encontrada e negar saber do litígio, negar conhecer o advogado e negar, em resumo, ter querido processar a parte contrária. O modus operandi do advogado em questão, portanto, já é por demais conhecido em diversos Tribunais, quer seja por seus órgãos judicantes, quer seja por seus núcleos destinados a prevenir e coibir a prática da advocacia predatória. No caso dos autos, em específico, tem-se uma petição inicial padronizada, utilizada em milhares de outros processos, como destacado na sentença, em que não há a narração de fatos ou a construção de teses jurídicas individualizadas para o caso da parte autora. No caso dos autos, inclusive, a petição inicial sequer afirma os fatos com convicção. Ao revés, é clara a tentativa de vir a juízo “apostar” na não exibição, pela instituição financeira, do contrato que a autora diz não se lembrar de ter celebrado, com o intuito de, na sorte, lograr êxito em receber indenização por dano moral se, ao acaso, o contrato não viesse a ser exibido. Ora, de acordo com o art. 319 do Código de Processo Civil, a petição inicial deve, obrigatoriamente, relatar os “fatos” (inciso III) e indicar as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos “fatos alegados” (inciso VI). Significa dizer, portanto, que o autor do processo precisa ter a convicção pessoal acerca da ocorrência ou da inoccorrência do fato jurídico que constitui a violação ao seu direito para poder afirmar ou negar sua ocorrência e, assim, fazer

presente o interesse processual. Ainda que a produção da prova não esteja ao seu imediato alcance, já que, se não dispuser de prova documental pré-constituída, poderá posteriormente recorrer a testemunhas ou à exibição de documentos que se acham em poder de terceiros, o autor deve ser minimamente capaz de afirmar se o fato que constitui a causa de pedir próxima da sua pretensão ocorreu ou não, não se admitindo que adote posição incerta, afinal, como também prevê o art. 77, I, do CPC, a parte e o advogado têm o dever de expor os fatos em juízo conforme a verdade e não de forma duvidosa. Com efeito, segundo o art. 322 do CPC o pedido deve ser certo, ou seja, preciso e indubitado, não se admitindo a postura de vir a parte a juízo formular pedido condicionado ao implemento de tantas condições prévias e sucessivas, no caso concreto em número de sete (7), a saber: (i) não apresentação do contrato, (ii) existência de lacunas no contrato, (iii) assinatura divergente, (iv) não apresentação de comprovante de entrega dos valores, (v) crédito dos valores em conta de terceiros, (vi) saque realizado por terceiros ou (vii) ausência de autorização para desconto consignado junto ao INSS. A pessoa que se acha no pleno exercício de sua capacidade de fato, a ponto de ter outorgado procuração para constituir representante judicial, igualmente tem condições de afirmar ou negar ter celebrado determinado contrato, sobretudo contrato que implicaria, de um lado, recebimento imediato de expressiva quantia e, de outro lado, posterior desconto de parcelas diretamente no módico benefício previdenciário de que depende. A probabilidade de uma pessoa capaz e que depende de benefício previdenciário não se lembrar de ter contratado empréstimo, não se lembrar de ter recebido, à vista, o capital emprestado e não se lembrar de ter autorizado desconto em seu benefício é muito pequena. A terceira idade não é permissivo para que as pessoas aleguem esquecimento dos fatos que vivenciaram e venham acionar o Estado-Juiz a fim de realizar consulta. O esquecimento acerca dos atos da vida civil, é bem verdade, pode acometer qualquer pessoa, de qualquer idade, por motivos de saúde que podem atingir a qualquer um. Em sendo o caso, porém, possivelmente estar-se-á diante de necessidade de interdição, afinal, quem não se lembra de ter contratado empréstimo bancário pode, na sequência, também não se recordar de ter constituído advogado ou mesmo de ter movido ação, dentre outros atos da vida civil que tenha praticado ou que venha a praticar. O que a parte autora precisaria fazer para ter acesso à Justiça – se realmente não tivesse contratado a operação e se realmente existisse litígio entre ela e a parte ré – era tão-somente afirmar se contratou ou não o empréstimo e, daí, seria oportunizado a si provar tal alegação por todos os meios admitidos. Todavia, quem vem a juízo afirmar um fato é responsável pela eventual falta com a verdade que cometer (CPC, art. 77, I, art. 79 e art. 80, II), de modo que se exige que tenha a convicção em torno dos fatos e que os afirme ou negue com responsabilidade, sob pena de ser reputado litigante de má-fé e condenado nas penas da lei. A ninguém é dado vir a juízo formular pretensão sem dizer, com clareza, o que ocorreu, blindando-se, assim, da responsabilidade processual inerente a sua atuação. Noutro ponto, a apelante recorre ao artigo 10 do CPC para impugnar a sentença ao argumento de que o magistrado não lhe permitiu discorrer sobre o motivo que determinaria a extinção do processo. Este possível vício, porém, revela-se já superado afinal, mesmo agora, em grau recursal e após conhecer a sentença e seus fundamentos, a parte autora continua firme em sua postura de não afirmar ou negar os fatos constitutivos de seu direito e permanece, portanto, litigando de modo lacunoso como a sentença declarou

que não poderia litigar. Para desafiar a sentença, em realidade, deveria a parte autora ter exposto argumentos capazes de afastar o motivo determinante da sentença – que foi a falta de assertividade em suas narrativas, defendendo, com os argumentos que lhe parecessem próprios, a eventual possibilidade jurídica de se vir a juízo litigar sem afirmar os fatos de modo indubitável. Poderia a parte autora, alternativamente, ter alegado violação ao art. 10 do CPC desde que modificando, incontinenti, sua postura e passando, de logo, a declarar se efetivamente contratou ou não o empréstimo litigioso, em cumprimento ao art. 1.010, II, do CPC, que, assim como o art. 319, obriga o apelante a “expor o fato”, não admitindo que o recorrente apenas “cogite o fato”. Ao se dirigir ao Tribunal, porém, mantendo a postura de incerteza quanto aos fatos e violando, assim, os artigos 77, I, 319, III e VI, e, agora também o artigo 1.010, II, todos do CPC, alegando em suas razões tão-somente os temas paralelos a que se dedicou (tentativa de contato com o banco, ausência de resposta etc.), a parte autora acabou por discorrer apenas sobre temas que não foram os motivos determinantes da sentença e, deste modo, não trouxe à segunda instância razões e elementos capazes de firmar posição apta à reforma daquela. A Constituição assegura, incontestavelmente, que qualquer lesão a direito será apreciada pela Justiça (art. 5º, XXXV), mas não garante, em momento algum, que a Justiça esclarecerá dúvidas acerca da ocorrência ou não da lesão para, na sequência, apreciar a lesão em si. Quem pretender vir a juízo tem que ter a convicção se seu direito foi violado, ou se não foi, e tem o dever de dizer os fatos conforme a verdade (CPC, art. 77, I, c/c art. 319, III e VI) e a Justiça, então, na sequência, apreciará os fatos narrados e aplicará o Direito, dando a cada um o que lhe é devido – suum cuique tribuere. O caso dos autos, porém, não é de “ameaça de lesão” a direito, afinal ameaça de lesão, por óbvio, só pode corresponder a uma possível futura lesão, já que não existe ameaça de ocorrer algo que já ocorreu no passado. Quando se vem a juízo discutir fato passado, discute-se “lesão” a direito – que precisa ser afirmada, ao passo que, quando se vem a juízo discutir fato futuro, discute-se, então, “ameaça de lesão”, que pode ser, aí sim, somente cogitada. Também não seria o caso de se determinar a emenda à petição inicial, porque o motivo determinante da sentença não está relacionado a um defeito de forma daquela peça (CPC, art. 319) ou à ausência de documento indispensável à propositura da ação (CPC, art. 320). O motivo determinante da sentença é subjetivo e decorre diretamente da forma como a tese foi construída, a partir da decisão pessoal do autor de vir a juízo afirmando não se lembrar se a causa de pedir próxima ocorreu ou não, hipótese em que não cabe ao magistrado determinar a reconstrução da tese e, portanto, a emenda da inicial. Este Tribunal, inclusive, já vinha decidindo nesta mesma linha outros apelos similares contra a mesma sentença proferida pelo mesmo magistrado em demandas idênticas, dentre milhares, propostas pelo mesmo causídico na mesma comarca: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. EMPRÉSTIMO. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ALEGAÇÃO DA AUTORA/APELANTE DE QUE “NÃO SE RECORDA DE TER REALIZADO A REFERIDA CONTRATAÇÃO JUNTO À INSTITUIÇÃO BANCÁRIA E QUE ACREDITA QUE O CONTRATO AVERBADO EM SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ESTEJA MACULADO”. SENTENÇA QUE INDEFERIU A INICIAL E JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. INTELIGÊNCIA DO ART. 330, III, DO CPC. PODER JUDICIÁRIO UTILIZADO COMO ÓRGÃO DE CONSULTA. INADMISSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. (Apelação, 8003320–25.2020.8.05.0027, julgamento unânime, Relator Juiz Convocado Dr. José Luiz Pessoa Cardoso, acompanhado pelos Desembargadores

Carmem Lucia Santos Pinheiro e Raimundo Sergio Sales Cafezeiro, julgado em 12/4/2021) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. EMPRÉSTIMO. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ALEGAÇÃO DA AUTORA/APELANTE DE QUE "NÃO SE RECORDA DE TER REALIZADO A REFERIDA CONTRATAÇÃO JUNTO À INSTITUIÇÃO BANCÁRIA E QUE ACREDITA QUE O CONTRATO AVERBADO EM SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ESTEJA MACULADO". SENTENÇA QUE INDEFERIU A INICIAL E JULGOU EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. INTELIGÊNCIA DO ART. 330, III, DO CPC. PODER JUDICIÁRIO UTILIZADO COMO ÓRGÃO DE CONSULTA. INADMISSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. (Apelação, 8004120-53.2020.8.05.0027, julgamento unânime, Relator Juiz Convocado Dr. José Luiz Pessoa Cardoso, acompanhado pelos Desembargadores Carmem Lucia Santos Pinheiro e Raimundo Sergio Sales Cafezeiro, julgado em 12/4/2021) Após as milhares de demandas congêneres patrocinadas pelo mesmo advogado terem sido examinadas com maior profundidade na Quinta Câmara Cível deste Tribunal, chegou-se a um julgamento ainda mais maduro sobre o tema, ementado da seguinte forma: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. PETIÇÃO INICIAL QUE NÃO AFIRMA NEM NEGA OS FATOS. PEDIDO INCERTO. UTILIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COMO ÓRGÃO DE CONSULTA. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA. NÃO PROVIMENTO. 1. A petição inicial deve relatar os fatos (CPC, art. 319, III), o que significa que o autor do processo precisa ter a convicção pessoal acerca da ocorrência ou da inoccorrência do fato jurídico que constitui a violação ao seu direito para poder afirmá-lo ou negá-lo e, assim, fazer presente o interesse processual. Ainda que a prova não esteja ao seu imediato alcance, o autor deve ser minimamente capaz de afirmar se o fato que constitui a causa de pedir próxima ocorreu ou não, não se admitindo que adote posição incerta ou que alegue dúvida e venha a juízo com o intuito de esclarecê-la. 2. Além disso, o pedido deve ser certo (CPC, art. 322), ou seja, preciso e indubitado, não se admitindo a postura de vir a parte a juízo formular pedido condicionado ao implemento de tantas condições prévias e sucessivas, no caso concreto em número de sete (7). 3. O caso em exame coincide com aproximadamente outros três mil (3.000) processos distribuídos na mesma comarca de Bom Jesus da Lapa, sob o patrocínio do mesmo advogado, em que os autores dizem não se recordar se contrataram ou não empréstimo consignado, porém, se já é bastante improvável que uma pessoa maior e capaz esqueça-se de ter feito operação desta natureza, é quase impossível que milhares de aposentados de uma mesma comarca simultaneamente esqueçam-se de tal. 4. Embora a sentença tenha exemplificado como a parte poderia esclarecer a suposta dúvida antes de vir a juízo, em momento algum a sentença condicionou o acesso à justiça a tais providências nem extinguiu o processo em razão da não adoção de qualquer delas. A sentença foi proferida em razão da postura da parte autora de deliberadamente não afirmar nem negar a ocorrência do fato que afirma ter sido lesivo ao seu direito e em razão da postura da parte autora de formular pedido incerto, condicionado a inúmeras variáveis envolvendo sua própria vida pessoal, que não afirmou se ocorreram ou não. 5. Para acessar a justiça, a parte autora precisaria tão-somente afirmar se contratou ou não o empréstimo e, daí, seria oportunizado a ela provar tal alegação por qualquer meio admitido. 6. Quem vem a juízo afirmar um fato é responsável pela eventual falta com a verdade que cometer (CPC, art. 77, I, art. 79 e art. 80, II), de modo que se exige que tenha a convicção em torno dos fatos e que os afirme ou negue com responsabilidade, sob pena de ser reputado litigante de má-fé e condenado

nas penas da lei. Isto não autoriza a ninguém, todavia, deixar de cumprir com os artigos 319, III, e 322, deixando de narrar os fatos e de formular pedido certo, e passar a demandar sob condição ou dúvida, como forma de se eximir daquelas penas. 7. Inadmissível a reforma da sentença por suposta violação ao art. 10 do CPC se a autora, ora apelante, continua, mesmo após a sentença, a não declarar se os fatos ocorreram ou não. Ao apelar sem mudar sua postura e continuar defendendo a continuidade da causa na forma como havia sido proposta, resta superada a alegação de que não teve a oportunidade de se manifestar previamente sobre o motivo determinante da sentença (CPC, art. 10), continuam sendo desrespeitados os artigos 77, I, 319, III e 322 do CPC e, agora, passa a estar sendo desrespeitado também o art. 1.010, II, já que o apelante continua sem "expor o fato" com clareza e assertividade. 8. Incabível o magistrado ordenar a emenda da petição inicial quando o defeito não é de forma (CPC, art. 319) ou quando não é o caso de ausência de documento indispensável à propositura da ação (CPC, art. 320), mas, sim, quando o defeito é subjetivo e intrínseco ao formato da tese jurídica deduzida. 9. Sentença confirmada, com condenação em honorários e em multa por litigância de má-fé e com expedição de ofícios à Ordem dos Advogados do Brasil e ao Ministério Público. (Apelações idênticas, 8000477-87.2020.8.05.0027 e 8000608-62.2020.8.05.0027, julgadas por maioria (4x1), em turma ampliada, Relatora original Juíza Convocada Dra. Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães Ferreira, vencida, voto divergente condutor do Des. José Alfredo Cerqueira da Silva, acompanhado pelos Juízes Convocados Dra. Marta Moreira Santana, Dra. Adriana Sales Braga e Dr. José Luiz Pessoa Cardoso, julgadas em 24/5/2022) No julgamento mencionado acima, inclusive, foram pontuadas inúmeras variáveis em torno da propositura de tais milhares de causas na comarca de Bom Jesus da Lapa, as quais ora incorporo também a este voto. No julgamento em questão, apurou-se terem sido propostos, somente naquele foro, mais de 3.000 processos idênticos patrocinados pelo mesmo causídico, Dr. Luiz Fernando Cardoso Ramos, cuja inscrição principal de advogado é do Mato Grosso do Sul. São pontos comuns das tais demandas: (i) o autor ser beneficiário da previdência, (ii) haver contrato de empréstimo consignado em seu benefício, e (iii) na narração dos fatos não se afirmar nem se negar a existência do contrato, optando o advogado por desenvolver a tese autoral baseada na dúvida, dizendo que nenhum de seus 3.000 constituintes se recorda de contratar tal operação. Em parte delas, a instituição financeira, ao contestar ou responder à apelação, até traz aos autos o contrato devidamente celebrado, o que teria o provável condão de levar à improcedência dos pedidos em caso de julgamento de mérito, não fosse a extinção antecipada da causa como sentenciado pelo juiz. Muito bem. Nos acórdãos das apelações 8000477-87.2020.8.05.0027 e 8000608-62.2020.8.05.0027 mencionou-se a existência de mais de cem mil (100.000) processos, em todo o Brasil, patrocinados pelo mesmo advogado, o que releva um número de processos completamente fora da realidade da atividade de qualquer advogado. Em pesquisa pública na plataforma jusbrasil.com.br, contam-se, hoje, 159.348 (quase cento e sessenta mil) processos patrocinados pelo mesmo causídico. Numa das apelações examinadas pela Quinta Câmara Cível (8002912-34.2020.8.05.0027), em particular, foi anexada pelo banco acionado uma sentença da Comarca de Coronel Bicaco, no Rio Grande do Sul, proferida nos autos do processo 5000308-06.2020.8.21.0093, que despertou ainda maiores preocupações. Naquela pequena comarca gaúcha, de pouco mais de 7 mil habitantes, o juiz local contou 972 processos idênticos patrocinados pelo mesmo advogado, uma

quantidade que, por si só, desperta dúvidas porque um só advogado representava mais de 10% da população da cidade e patrocina boa parte de todas as causas em trâmite na localidade. O juiz da comarca, fundamentadamente desconfiado, tomou cautelas especiais e, após levantar inúmeras circunstâncias relevantes, reuniu as 972 ações e sentenciou a todas, de uma só vez, extinguindo-as sumariamente. O juiz concluiu pela existência de captação ilícita de clientela, utilização indevida dos serviços judiciais, abuso do direito de litigar, fraude em confecção de procurações e inexistência de litígio real entre as partes, além de indícios de apropriação indébita de valores dos clientes. Segundo o magistrado local: i. um só advogado, baseado no Mato Grosso do Sul, propôs 972 processos idênticos, todos contra financeiras, numa comarca em que há pouco mais de 7 mil habitantes; ii. muitas das procurações apresentadas na comarca gaúcha indicavam como local da assinatura o Município de Iguatemi, situado no Mato Grosso do Sul, como se o autor tivesse se deslocado de Coronel Bicaco/RS para Iguatemi/MS para constituir advogado para litigar no interior gaúcho; iii. após o advogado celebrar acordo em uma das causas lá propostas e declarar, nos autos, que recebera o pagamento em sua conta, determinou a um oficial de justiça subordinado seu que diligenciasse junto ao autor para se certificar do repasse do numerário, tendo o meirinho certificado, em cumprimento da diligência, que: iii.1) o autor do processo não recebeu repasse de dinheiro do advogado; iii.2) conheceu o advogado na sede do acampamento indígena onde reside, numa ocasião em que várias pessoas foram chamadas na sede da comunidade com o objetivo de tratar com o referido advogado, ocasião em que as procurações foram assinadas conjuntamente; iii.3) a organização da reunião teria possível participação de funcionário da FUNAI; iii.4) o autor do processo não sabia dizer por que seu nome estava na lista de pessoas chamadas no acampamento para conhecer o referido advogado. iv. após intimar o advogado para comprovar o repasse do numerário ao constituinte, não houve tal comprovação; O magistrado da comarca gaúcha, que disse em sua sentença que havia tomado conhecimento da circulação de uma “lista de aposentados” na região e constatando a propositura de 972 ações, de mesmo objeto, pelo mesmo advogado, no mesmo foro, em nome de 972 pessoas que coincidentemente residiam na mesma reserva indígena da região, já se convencera, até tal ponto de sua r. sentença, pela existência, ao menos, de infração ética de captação de clientela, ao que tudo indicava com envolvimento também de membro da FUNAI na empreitada. Continuando, o magistrado mencionou outros acontecimentos e diligências relevantes. Disse, por exemplo, que um dos autores das tais ações compareceu ao fórum para entender o que se passava, após o banco da cidade ter lhe negado empréstimo em razão de ter ele proposto ação contra a instituição. Segundo o juiz mencionou em sua sentença, aquele senhor declarou (i) jamais ter assinado qualquer documento autorizando a propositura da causa, (ii) não conhecer o advogado que postulou em seu nome, (iii) não saber como nem porque seu nome foi utilizado e (iv) ter sido feita uma “lista de aposentados” na reserva indígena onde reside. O juiz da comarca, inclusive, registrou em vídeo e reduziu a termo tais declarações dos autores que chegaram a ir ao fórum buscar maiores informações. Como se não bastasse, o juiz daquela comarca descobriu a existência de não apenas 1, mas de 24 ações em nome daquele cidadão que negou ter constituído dito procurador, revelando que o advogado em questão muitas vezes não distribuía somente 1 causa por pessoa, mas várias. Depois de receber referido cidadão, inclusive, o magistrado passou a cogitar também de possível fraude na confecção das

procurações, a partir de quando o modus operandi do advogado em questão passa apenas da possível infração disciplinar de captação de clientela e começa a possivelmente adentrar outros territórios. Segundo apurou o juiz da causa, em razão da circulação da “lista de aposentados”, da convocação de reunião no acampamento, da ida do advogado ao acampamento angariar clientes e do envolvimento de pessoa da FUNAI, da similaridade de causas em números absolutamente incompatíveis com o dia a dia de um advogado médio e em números absolutamente desproporcionais à população da comarca, e, em alguns casos, diante da aparente falsificação de procurações, não haveria sequer litígio real entre muitas das partes, porque, segundo seu entendimento, muitas das pessoas não queriam, de fato, propor ação alguma contra qualquer instituição, tendo seus nomes sido utilizados mediante abordagem grupal feita na reserva ou, o que é pior, mediante fraude. A prática advocatícia, em regra, sugere que a pessoa procure o advogado pedindo-lhe providências para resolver determinada questão, não se admitindo o inverso, que o advogado estimule ou recomende a ninguém propor causa alguma, muito menos que o faça em caráter coletivo, sobretudo com auxílio de pessoas ligadas a órgãos que deveriam proteger os indígenas em vez de elaborar listas clandestinas com informações pessoais que estimulariam a propositura de aventuras jurídicas. Segundo pontuou o juiz da comarca gaúcha, já convencido de que, ao menos, boa parte das 972 causas de que era responsável careciam de vontade real dos respectivos autores de litigar, tais posturas causavam inúmeros transtornos aos autores dos processos, a exemplo daquele já mencionado antes que, graças à fraude que disse ter o advogado perpetrado contra si, não estava sequer conseguindo mais tomar dinheiro emprestado na praça. Continuando, aquele magistrado passa ao caso de outra constituinte do advogado em questão, em nome de quem o profissional ajuizou 58 processos. O Juiz constatou que (i) a procuração havia sido feita no interior do Mato Grosso do Sul, embora o endereço da autora fosse na reserva indígena gaúcha, (ii) a procuração foi assinada a rogo por terceiro cujo RG era do Mato Grosso do Sul, porque a constituinte era analfabeta e somente após sua digital, e (iii) uma das testemunhas tinha RG também do Mato Grosso do Sul. Ocorre que, diz o juiz, é muito improvável que a senhora em questão tenha viajado mais de 600km para assinar tal procuração, chamando a atenção, ainda, para o fato de que a assinatura a rogo, em tese, deve ser feita por pessoa que acompanhe aquele que não sabe assinar (alguém da confiança do analfabeto), não podendo ser alguém que seja ligado à outra parte do contrato (neste caso, do contrato de mandato), afinal não faria sentido que alguém de confiança da parte contrária fosse elegível a assinar em confiança pela constituinte. Em outras palavras, diz o juiz, as pessoas sul-mato-grossenses que sempre assinam a rogo e que sempre testemunham as procurações passadas pelos analfabetos são, aparentemente, pessoas ligadas ao escritório constituído, não ao constituinte, o que vai de encontro à lógica da prática do ato a rogo, em que o assinante deve ser da confiança do constituinte, entendimento ao qual me filio, sem contar, ainda, a própria incongruência em se permitir a outorga, por instrumento particular e por analfabeto, de procuração com vastos poderes, inclusive inúmeros especiais, o que, ao meu ver, recomendaria até mesmo a forma pública. Em outro processo, o juiz disse ter intimado o autor, por intermédio daquele mesmo advogado, para comprovar o endereço do acionante a justificar a propositura da causa naquela comarca gaúcha, em resposta ao que o advogado em questão juntou declaração firmada por funcionário da FUNAI atestando que a parte residia naquele acampamento. Nesse ponto o juiz observa que o

prenome deste funcionário da FUNAI que atestou a residência de um dos autores é o mesmo prenome do funcionário que, em diligência anterior acima mencionada, havia sido apontado como responsável pela reunião no acampamento que proporcionaria ao advogado captar seus clientes. O juiz da comarca gaúcha ainda disse que havia 567 ações semelhantes em Nonoai/RS, 260 em Tenente Portela/RS e 239 em Planalto/RS, todas também coincidentemente sede de reservas indígenas, o que pode também ter alguma semelhança com os casos ora analisados, em que os autores são domiciliados no Município de Serra do Ramalho, que é Distrito Judiciário da comarca de Bom Jesus da Lapa e cuja população, em boa parte, é de origem indígena. Depois, o mesmo juiz ainda aponta que determinado banco juntou à sua defesa declaração firmada por uma das autoras de um dos processos de que desconhecia a existência da ação judicial, demonstrando que referido advogado, de fato, por vezes postula sem conhecimento e sem autorização daqueles cujo nome utiliza. O juiz de Coronel Bicaco/RS, ao final de sua r. sentença, extinguiu todas as 972 ações propostas pelo mesmo advogado em sua comarca por diversas razões, a exemplo de ausência de interesse processual (por falta de vontade de litigar), de certa forma tal como fez o magistrado de Bom Jesus da Lapa. Em outro processo consultado (8001046-88.2020.8.05.0027), da relatoria do Eminentíssimo Desembargador José Alfredo Cerqueira da Silva, tive acesso a diligência determinada pelo referido Desembargador e cumprida pelo juízo local por meio de carta de ordem, após a qual ficou evidenciado que a parte não havia constituído o advogado nem tinha interesse em litigar contra a instituição financeira, o que corrobora com todas as constatações, do Tribunal deste Estado e dos tribunais de outras unidades da federação, acima enunciadas. Noutro processo pesquisado também na Quinta Câmara Cível, constatei informação prestada, em petição, pela instituição financeira acionada, de que referido advogado seria investigado criminalmente pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul, no âmbito do Procedimento Investigatório Criminal (PIC) 06.2019.00001797-6 do GAECO/MS por suposta prática de estelionato, apropriação indébita, lavagem de capitais e organização criminosa. Em outro processo, este de minha relatoria, tive acesso a diligência determinada pelo juízo de origem que confirmaram que preposto do referido advogado “apareceu no povoado, indo de casa em casa, oferecendo assessoria jurídica contra alguns bancos que estavam praticando descontos abusivos” (8008836-41.2020.8.05.0022), denotando a ilícita captação de clientela e a inexistência do real litígio fundado no “desconhecimento da contratação”, mas, sim, numa promessa feita aos captados de “redução de encargos”. Idem no processo 8008861-54.2020.8.05.0022, também de minha relatoria, em que o autor declarou que fora “procurado em casa por um rapaz”. Idem, também, no processo 8007976-40.2020.8.05.0022, em que a autora declarou que “veio um homem na minha casa, mas não sei quem é e não sei o nome; ele veio de casa em casa”. No processo 8006396-72.2020.8.05.0022, mais uma surpresa, tendo a autora dito que “o endereço descrito no mandado é do Bar do Lindomar, local onde alguns moradores se reuniram com os advogados”. As inúmeras diligências, portanto, dão conta suficientemente bem de que o advogado em questão captou clientes que não tinham real vontade de litigar, que não negavam ter contratado operação bancária alguma, mas que assinaram procurações seduzidos pela proposta de redução dos encargos, a partir do que as demandas predatórias de inexistência de relação jurídica (divergentes, portanto, do serviço ilegalmente oferecido de porta em porta) foram ajuizadas. Há, ainda, em outros processos igualmente em trâmite neste Tribunal, informação de envio de expedientes à Ordem dos

Advogados do Brasil, além de diversas e frequentes alegações, por advogados de outros bancos também acionados similarmente, de que referido advogado postula de modo ilegal, sob as mais variadas teses. Após pontuar todas estas informações de nível macro, trazidas de outros processos ou de outras unidades da federação, é possível analisar melhor as apelações que chegam até mim, como ora faço. Além das questões levantadas nos outros Estados em torno da atuação do advogado em questão, com possíveis implicações éticas, civis e criminais, vislumbro neste caso outro componente também relevante que venho observando cada vez mais. Já há algum tempo, passou-se a, aparentemente sem relevante razão jurídica, levar causas que poderiam tranquilamente ser propostas nos juizados especiais para a justiça comum. Esta causa, assim como inúmeras outras patrocinadas pelo mesmo advogado em diversos interiores da Bahia, são exemplos de processos cuja matéria, cuja complexidade e cujo real valor permitiriam a tramitação nos juizados, com rito simplificado e muito mais célere, com benefício para todos, sendo de conhecimento geral, inclusive, que em muitas localidades o juizado possui estrutura melhor do que a justiça comum. Não é razoável que a justiça comum de Bom Jesus da Lapa, por exemplo, tenha que julgar 3.000 processos idênticos de um só advogado, que poderiam tramitar normalmente nos juizados, prejudicando, assim, a tramitação das causas corriqueiras da cidade envolvendo todos os outros jurisdicionados, tais como alimentos, divórcio, despejo, inventário e afins. Este movimento migratório, com efeito, vem sendo observado justamente nas centenas de milhares de ações que buscam a declaração de inexistência de contratos bancários. Quando se analisa uma causa individualmente, não se questiona tal movimento, porque a primeira conclusão a que se chega é a de que o juizado é via opcional e que a parte tem o direito de optar pela justiça comum. Somente quando se analisam as causas em nível macro, como fizeram os juizes de Bom Jesus da Lapa/BA e de Coronel Bicaco/RS, por exemplo, é possível constatar circunstâncias especiais que saltam aos olhos. Não se pode afirmar por qual exata razão tal movimento ocorre, mas uma “vantagem” dele decorrente é a desnecessidade de realização de audiência (que no juizado é obrigatória). Tal benefício inegavelmente vem a calhar, por exemplo, nas hipóteses constatadas pelo juiz da pequena comarca gaúcha, em que parte dos litigantes não queriam verdadeiramente litigar e foram apenas conclamados a assinar procuração num encontro marcado e em que outra parte disse sequer ter constituído o advogado, parecendo terem sido vítimas de fraude. Em casos que tais, o comparecimento da parte em juízo, quer seja diante de juiz ou de conciliador, frustraria a empreitada feita em Coronel Bicaco/MS, porque os autores que não passaram procuração certamente não iriam e os que assinaram o instrumento de mandato por estímulo do pessoal da FUNAI, sem real vontade de litigar, ao sentarem-se à mesa provavelmente revelariam o desinteresse em propor a causa e denunciariam as irregularidades. Além disso, na justiça comum, quando eventualmente o juiz designa a opcional audiência de conciliação, o advogado pode comparecer sozinho, ao contrário dos juizados, em que obrigatoriamente deve ir ao lado de seu constituinte. Portanto, na justiça comum facilita-se, como no caso de Coronel Bicaco/RS, o manejo de ações com procurações falsas ou com procurações verdadeiras passadas por quem não queria, de fato, litigar, dado que em momento algum torna-se obrigatório o comparecimento da parte. Estas constatações de fato e de direito em torno da atuação do advogado em questão, portanto, apenas reforçam os fundamentos de direito processual que abrem este voto e que reafirmam a insubsistência do recurso. Diante do

exposto, voto para NEGAR PROVIMENTO à apelação, mantendo a sentença que extinguiu o processo sem resolver o mérito da causa. Des. ANGELO JERONIMO E SILVA VITA Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Quarta Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 8000361-17.2020.8.05.0210 Órgão Julgador: Quarta Câmara Cível APELANTE: LUZINETE JOSE ALVES Advogado (s): LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS APELADO: BANCO PAN S.A. Advogado (s): RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA **** VOTO

VENCEDOR Submete-se ao exame desta Corte a pretensão da apelante de anular a sentença que extinguiu a demanda, sem resolução do mérito, em razão de suposta atuação ilícita do advogado que a representa. Na sessão de julgamento do plenário virtual, realizada entre 2 e 9/10/2023, o Eminente Relator originário, Desembargador Ângelo Jeronimo e Silva Vita, restou vencido na análise dos recursos. Em razão de ter proferido o voto que inaugurou a divergência, para dar provimento ao apelo, sendo acompanhada pela maioria dos integrantes da Turma Julgadora, fiquei designada para lavrar o acórdão, nos termos do artigo 44, I, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça da Bahia. Cinge-se a controvérsia a respeito da sentença recorrida que, de acordo com a apelante, lhe impediu o acesso ao Judiciário, partiu de premissas fática e processual equivocadas e, por último, foi proferida sem a sua prévia intimação para manifestação acerca de tais premissas, o que sustenta caracterizar-se como decisão surpresa, vedada em nosso sistema processual vigente. Trata-se de ação declaratória de inexistência de dívida e indenizatória ajuizada por LUZINETE JOSÉ ALVES contra o BANCO PAN S/A, em decorrência de descontos supostamente indevidos, realizados na folha de pagamento de seu benefício previdenciário. É notório que o Código de Processo Civil salvaguarda os princípios da ampla defesa, contraditório e a vedação a decisões surpresas em várias passagens do seu conteúdo normativo, de forma que nenhuma decisão pode ser proferida contra uma parte sem ser a ela dada oportunidade para influir no teor decisório, ainda que se trate de matéria cognoscível de ofício, salvo exceções, assim estabelece os artigos 9º e 10º do Código supramencionado, in verbis: “Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica: I – à tutela provisória de urgência; II – às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III ; III – à decisão prevista no art. 701.” “Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.” Acerca das decisões surpresas, FREDIE DIDIER JR. esclarece: “O princípio do contraditório pode ser decomposto em duas garantias: participação (audiência, comunicação e ciência) e possibilidade de influência na decisão. A garantia da participação é a dimensão formal do princípio do contraditório. Trata-se da garantia de ser ouvido, de participar do processo, de ser comunicado, poder falar no processo. Esse é o conteúdo mínimo do princípio do contraditório e concretiza a visão tradicional a respeito do tema. [...]. Há, porém, ainda, a dimensão substancial do princípio do contraditório. Trata-se do ‘poder de influência’. Se não conferida a possibilidade de a parte influenciar a decisão do órgão jurisdicional – e isso é poder de influência, de interferir com argumentos, idéias, alegando fatos, a garantia do contraditório está ferida. [...]. Essa dimensão substancial do contraditório impede a prolação de decisão surpresa.” (in Curso de Direito Processual Civil, n. 1, Salvador: Jus Podivm, 2015, p. 78–79) No mesmo sentido,

acrescenta CÁSSIO SCARPINELLA BUENO: “Extraí-se do princípio do contraditório 06 (seis) direitos dos sujeitos processuais e, por consequência, deveres do órgão jurisdicional: (i) de comunicação dos atos processuais; (ii) de reação ou manifestação; (iii) de participação no desenvolvimento do processo; (iv) de influência no conteúdo das decisões judiciais; (v) de os argumentos das partes serem considerados pelo juiz; e (vi) de o juiz não prolatar decisão surpresa”. (in Comentários ao Código de Processo Civil, arts. 1º a 137 – Parte Geral, São Paulo: Saraiva Jur, 2017, p. 143) Com base em tais dispositivos, dever-se-ia ter intimado a demandante, previamente, para se manifestar sobre a suposta falta de pressuposto processual. Caberia ao magistrado condutor do processo, tendo visualizado o não preenchimento de algum dos requisitos previstos na legislação processual, oportunizar à parte autora a emenda da inicial, nos termos do artigo 321, do CPC, antes de extinguir o processo. In casu, portanto, o prejuízo sofrido pela acionante é presumido, considerando que a sentença foi proferida com base em fundamentos a respeito dos quais não lhe foi oferecida a oportunidade de manifestação. Ultrapassada a questão, entendo que não deveria o Juízo precedente extinguir a ação sem resolução do mérito, por suposta ausência de interesse processual, vez que, na verdade, foram cumpridas as condições de procedibilidade, pela parte autora. A acionante informa que não se recorda acerca da contratação de inúmeros empréstimos consignados celebrados com a parte ré, ao tempo em que pede que a instituição financeira demandada comprove as contratações dos empréstimos e as correlatas disponibilizações dos créditos. Analisando detidamente os autos, vê-se que a parte autora colacionou a consulta de empréstimos consignados (ID 49473624), capaz de comprovar, efetivamente, diversos descontos em folha de pagamento, pela parte ré. A apelante também comprovou ter realizado requerimento administrativo junto à SENACON (ID 49473627), com o pedido de apresentação dos contratos e dos comprovantes de disponibilização do crédito correlato de cada contrato. Portanto, ao contrário do entendimento do juiz sentenciante, entendo que o interesse processual resultou atendido pela parte autora, a partir da análise da petição inicial, pois se verifica que foi utilizado o mecanismo jurídico próprio, para a obtenção do provimento postulado ao Estado-Juiz. Vale reforçar que a demandante comprovou a reclamação administrativa, com a solicitação da apresentação dos contratos e comprovantes de disponibilização do crédito, ponto em que não foi atendido pela parte ré. A Constituição da República, dentre os direitos fundamentais, estabelece no art. 5º, XXXV que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. O princípio da inafastabilidade da jurisdição assegura ao jurisdicionado o direito fundamental de ação, a partir da tutela do acesso ao Poder Judiciário. Portanto, o esgotamento das vias administrativas não é imprescindível para que o jurisdicionado possa utilizar o seu direito fundamental de acesso à justiça, sobretudo em face da lesão ao direito narrada na causa de pedir da ação. Nesse sentido: “(...) AÇÃO DE COBRANÇA. DEVOLUÇÃO DE VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE. INTERESSE DE AGIR. EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. PRETENSÃO RESISTIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. O aresto recorrido não destoa da jurisprudência deste Superior Tribunal assente no sentido de que ‘o esgotamento da instância administrativa não é condição para o ingresso na via judicial’ (AgRg no AREsp 217.998/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 18/09/2012, DJe 24/09/2012). (...)” (AgRg no AREsp 622.282/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado

em 17/03/2016, DJe 01/04/2016) Outrossim, não se pode olvidar que a demanda sub judice envolve típica relação de consumo. O Código de Defesa do Consumidor consagrou os princípios da boa-fé objetiva, da confiança e da vulnerabilidade, trazendo importantes inovações no âmbito das relações contratuais, a fim de promover um equilíbrio entre o consumidor e o fornecedor, e prevê a inversão do ônus probatório como mecanismo de facilitação da defesa do hipossuficiente, de forma que caberia ao réu, in casu, comprovar a regularidade das contratações de empréstimos consignados, pela autora. Com tais razões, a sentença precedente deve ser anulada, com o retorno dos autos à origem, a fim de conferir regular andamento do feito. Com esta linha intelectual, confirmam-se os precedentes: “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. INDEFERIMENTO DA INICIAL ANTE A AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS DO PERÍODO DA CONTRATAÇÃO, SOLICITADOS PELO MAGISTRADO SINGULAR. PRESCINDIBILIDADE DO DOCUMENTO NA PROPOSITURA DA DEMANDA. REQUISITOS PROCESSUAIS OBSERVADOS. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.” (TJBA – APL: 80011622220208050051, Relatora: MARIA DE LOURDES PINHO MEDAUAR, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/08/2022) “APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE/INEXIGIBILIDADE DE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. COMANDO SENTENCIAL EXTINGUINDO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FUNDAMENTO NOS ARTS. 330, III E 485, VI, DO VIGENTE CPC. AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA EMENDAR A EXORDIAL. DECISÃO SURPRESA. VEDAÇÃO, EX VI DO ART. 10 DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL. ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. DIREITO FUNDAMENTAL DO ACESSO À JUSTIÇA. INTERESSE DE AGIR REVELADO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJBA – APL: 80038668020208050027, Relator: LIDIVALDO REAICHE RAIMUNDO BRITTO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/06/2022) “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE AFASTADA. DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL. JUNTADA DE EXTRATO DA CONTA BANCÁRIA. NÃO ATENDIMENTO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INDISPENSABILIDADE DO DOCUMENTO NÃO CONFIGURADA PARA O DESLINDE DO FEITO. SENTENÇA ANULADA. APELO CONHECIDO E PROVIDO. 1 – Versam os autos de origem sobre demanda revisional de contrato bancário, a qual foi julgada extinta sem julgamento do mérito, sob o fundamento de inépcia da inicial, por carecer de documento indispensável à propositura da ação, qual seja, Histórico de Créditos – HISCRE do mês em que teria sido celebrado o contrato impugnado e do mês subsequente (INSS). 2 – Primeiramente, cumpre afastar a preliminar de não conhecimento do Recurso. Não há violação ao princípio da dialeticidade recursal quando as razões se opõem ao que foi decidido, evidenciando o inconformismo da parte recorrente. 3 – Sentença de 1º grau que extinguiu a causa sem julgamento do mérito, por inépcia da inicial, sem observar as hipóteses legais para tanto. 4 – Consabido, doutrina e jurisprudência firmaram o entendimento de que documento indispensável é aquele sem o qual se torna impossível o julgamento meritório da demanda, o que não é o caso dos autos. 5 – Atendida a petição inicial aos preceitos legais insculpidos no art. 319 e 320 do NCPC, inadmissível a extinção do feito, com fulcro no art. 321, § único c/c 485, I, ambos do Codex Processual Civil vigente, mas sim o seu regular prosseguimento, mediante análise das tutelas provisórias ali pleiteadas, com a ulterior intimação do réu/apelado para apresentação de contestação nos autos. APELO CONHECIDO E PROVIDO.” (TJ-BA – APL: 80011527520208050051, Relatora: MARIA DO ROSÁRIO PASSOS DA SILVA CALIXTO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL,

Data de Publicação: 20/07/2021) No que diz respeito ao capítulo da fundamentação da sentença apelada, no sentido de que há milhares de processos distribuídos pelo mesmo causídico da parte autora, no sistema PJE, com idêntica causa de pedir e pedido, caso haja evidência de prática profissional reprovável, devem ser adotadas as providências legais cabíveis, via expedição de ofício ao Conselho Profissional competente para a possível apuração da conduta do advogado. Mas não cabe ao magistrado proferir sentença com motivos exclusivamente voltados a punir o advogado da parte por suposta advocacia predatória, deixando de examinar questões afetas à relação jurídica existente, em tese, entre os litigantes, e a respeito do meritum causae (artigo 489, § 1º, II e III, do Código de Processo Civil). Nestes termos, DOU PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença e determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que o feito possa prosseguir em seu regular andamento. É o voto. Sala das Sessões, HELOÍSA Pinto de Freitas Vieira GRADDI RELATORA DESIGNADA